

Do bom uso do mau gênero*

Eleni Varikas**

1. Apresentação autobiográfica ou... o complexo de Zorro

Chi non ammirera questo nostro camaleonte?
G. Pico della Mirandola, 1486

Porque sempre precisamos de um começo, tudo começou com Zorro. Zorro, o justiceiro mascarado cuja presença desmentia que não havia possibilidade de justiça fora da lei. Zorro, livre como seu cavalo, que galopava nas paisagens noturnas em direção a outros horizontes do possível. Zorro, o irreverente, o impertinente, que zombava impunemente da autoridade, não deixando passar uma ocasião de ridicularizar seus instrumentos. Zorro que traçava o Z da desobediência sobre o uniforme da ordem, este uniforme do arbitrário que aprendíamos tão cedo a detestar na Grécia do pós-guerra. Zorro que se enturmava alegremente com o populacho da terra, os peões, os analfabetos, a plebe. Zorro, o inimigo interno de sua casta. Não o Zorro domesticado pela televisão para as crianças, lamentavelmente travestido em auxiliar de um gordo capitão, mas aquele que saltava das páginas maculadoras de *Máscara*, essa leitura edificante que os meninos do bairro esperavam com impaciência todas as quintas-feiras diante da banca de revista. Os meninos e

* Recebido para publicação em junho de 1999. Esse texto é parte da “Tese de habilitação” à Universidade Paris VII. (Tradução: Cíntia Ávila de Carvalho. Revisão: Mariza Corrêa.)

** Université de Paris VII.

Do bom uso do mau gênero

algumas meninas... Leitura altamente desaconselhada pelos adultos cultivados – *trash*, dizia meu avô desgostoso –, acrescentava à fascinação do sonho as delícias da transgressão. Zorro que desafiava as origens, transpondo alegremente as fronteiras das condições e dos gêneros, aristocrata enfeitado de rendas durante o dia, justiceiro intrépido à noite, cuja passividade “efeminada” e o gosto pelas sedas levavam ao desespero sua bela noiva, que suspirava em sua janela pelo seu alter ego, o cavaleiro noturno.

Zorro-o-camaleão, fraco e inofensivo na aparência, mas que escondia por detrás da máscara uma cólera surda e apaixonada. Zorro-a-derrisão, cujo riso continuava a ressoar nos ouvidos dos vilões muito tempo depois que ele desaparecera na escuridão. Zorro-a-Liberdade.

O que acontece quando nos identificamos com Zorro e não com sua noiva? O que acontece quando sonhamos com as aventuras de Ivanhoé e não com os infortúnios de sua bem-amada em perigo? Somos um menino falho? Um ser humano falho? O que *falta*? O que nos falta? O que vai no faltar?

Nascer na pele de uma mulher e sentir-se, ser educada para se pensar, ter a certeza de ser um “puro e simples ser humano”; aspirar a valores, atos e escolhas humanas às quais, compreende-se muito cedo, só se pode pretender por usurpação, por travestismo, a título de exceção. Partilhar os dilemas, as paixões, os medos e a procura de liberdade de personagens literários, “reencontrá-los” antes de dormir, em cenários imaginários, sem nunca duvidar de que estamos forjando um hibridismo essencial que não a deixará mais. “Nunca” é certamente demasiado! Apesar disso, persiste a dúvida que pesa nos elogios ambíguos que se fazem às suas façanhas de goleira, a sua maneira de lutar, *como* um menino, nas ruas desse bairro de refugiados da Ásia Menor; essa dúvida que desponta por detrás da compaixão inconfessada que se sente por esse infeliz, para sempre desonrado por “ter apanhado de uma menina”, essa dúvida que se afoga,

rapidamente, no orgulho do reconhecimento. “É que eles não viram outras meninas” – é o que se diz.

Mas, justamente, onde estão as “outras” meninas? Onde estão as meninas nos romances? Por que elas nunca estão onde acontecem as coisas interessantes? Ouvem-se às vezes seus risos por detrás das cercas dos jardins, figuras longínquas como as noivas, de Zorro, de Ivanhoé.

Contudo, não se pode deixar de lado as meninas. Elas se encontram às toneladas nas carteiras superpovoadas da escola pública – as impetuosas, as dóceis, as rebeldes, as preguiçosas, as engraçadas, as chatas, as brilhantes, as dissimuladas. Já que, nesse universo não-misto, a padronização dos uniformes negros com golas brancas não dá conta da diversidade. Curioso retorno de um mundo sexuado que leva você a descobrir no não-misto o absurdo da segregação. Em vão a professora de ginástica organizará cotidianamente a caça aos signos diferenciadores; as alunas farão questão de contornar sua vigilância, a fim de demonstrar publicamente, com uma inventividade inesgotável, as marcas discretas, mas infalíveis, de uma multiplicidade irreduzível.

Multiplicidade que reforça o que você já suspeitava interiormente, que você não é um ser bizarro, que o seu comportamento, seus medos, suas proezas e suas *gaucheries* são marcas, não de desvio, mas de singularidade, que você não é uma “exceção”, pois não há nenhuma regra. Não mais do que o uniforme que você usa, seu sexo não saberia dizer *quem você é*. Você não é transparente! Ninguém poderia saber o que você trama em silêncio enquanto, como todo mundo, suporta estoicamente a prece coletiva da manhã.

Mas quem é “nós”? A quem poderá se dirigir a cumplicidade desse “você”? A experiência singular do mundo por um “eu” nascido mulher pode ser comunicada? Pode ser formulada em termos universais? Como o louco da piada, que finalmente compreendeu que não era um grão de milho, mas que se perguntava angustiado se os habitantes do galinheiro também o sabiam, a percepção subjetiva de si e de sua singularidade

Do bom uso do mau gênero

continua sempre frágil, incerta, ameaçada, se não percebe no olhar do outro essa luz de reconhecimento que faz de cada um(a) de nós um ser ao mesmo tempo semelhante e diferente. Confirmação necessária, porque “não crescemos como cogumelos” (Hobbes), mas, ao contrário, somos “postos em companhia” (La Boétie) para o melhor e para o pior.

E porque somos postos em companhia, a questão do “nós” e do “você” não poderia ser eliminada. Ela se formula sem cessar, mesmo se não queremos formulá-la. Ela se formula quando, nas provas orais de latim, lhe perguntam se você sabe preparar um *cake*, ela se formula quando você despeja seu desprezo sobre a colega que aceita recitar a infame receita, talvez porque ela tivesse mais necessidade do que você da licenciatura – você se dirá mais tarde, bem mais tarde.

São situações em que se aprende muito rapidamente que não podemos ignorar nosso próprio “nascimento”, quando aspiramos ao estatuto do puro e simples ser humano. É suficiente pensar nas decepções dessas estudantes que, em plena ditadura, levavam o nome embaraçoso de “Democracia”, ou pior ainda, de “Laocratia” (poder popular), que lhes havia sido dado nos anos 40, na antecipação mágica de um amanhã melhor. Mas essa experiência pode ser comunicada em termos universais; ela pode, sem problemas, passar do “nós” ao “você” nesse país no qual, para nove milhões de habitantes, contava-se mais de quatro milhões de fichas policiais e no qual, ao ir buscar a carteira de identidade, descobríamos, com uma mescla de estupor e de orgulho em nada merecido, que nossa ficha começava dezenove anos antes de nosso nascimento. A intimidação, cujo preço você paga porque nasceu de pais mal pensantes, por absurda e injusta que seja, é imediatamente inteligível como tal, formulada na linguagem forjada por uma longa tradição de protesto e desconfiança em relação à autoridade arbitrária; ela pode se inscrever sem problemas no rico repertório que deslegitima pela derrisão a estupidez lendária de uma ordem política que faz os mortos votarem, quando não emite contra eles mandados de

prisão como aquele que, nos anos 30, visava “uma fugitiva de Luxemburgo, chamada Rosa”.

Em compensação, nenhuma suspeita de ilegitimidade pesa sobre a afronta infligida a uma mulher *porque ela nasce mulher*, nenhuma gramática política permite formular o questionamento da autoridade arbitrária que torna possível uma tal afronta. Declinada segundo a estrutura do mundo invertido, que parece ter mudado tão pouco desde os tempos antigos, a insubmissão feminina ocupa nas tradições plebéias o lugar de uma paródia política que indica os limites da contestação da ordem existente, que são, ao mesmo tempo, aqueles do político. Longe de desestabilizar a ordem existente, a derrisão torna-se aí uma arma a seu serviço, arma tanto mais eficaz quanto não é pensada como tal.

A inadequação entre as minhas percepções subjetivas e os instrumentos de que disponho para comunicá-las faz de uma parte significativa de minha experiência do mundo uma experiência indizível, portanto clandestina, que molda de maneira subterrânea minha relação com os outros, que não pode ser medida nessa relação intersubjetiva especificamente humana que pode lhe atribuir uma amplitude universal. Essa clandestinidade interior instala uma dúvida radical sobre a fundamentação correta de minhas percepções, uma dúvida que introduz nos gestos cotidianos uma tonalidade estridente ou percebida como tal. As feministas freqüentemente interpretaram mal a crítica que Virginia Woolf fazia às mulheres autoras: se a animosidade e a amargura, que adivinhamos às vezes por trás das linhas de algumas de suas ancestrais, enfraquecia, segundo ela, a força universal de sua obra, não é pelo fato de revelarem a indignação da mulher autora diante de sua sorte; é, antes, porque traduzem, não sua indignação, mas sua impotência que, na medida em que permanece surda e não expressa, só pode ser percebida sob a forma de ressentimento. A subjetividade paranóica daquelas a quem o pleno acesso à humanidade se choca com barreiras invisíveis não passa de uma pura invenção de seus detratores. E é,

também, uma das modalidades de existência de todos aqueles que nasceram do lado mau do universal, num mundo que pretende ter abolido os privilégios de nascimento.

Nascer mulher e reivindicar o estatuto de um puro e simples ser humano, a dignidade do indivíduo singular, é levar uma vida interior dupla, negociar existências (pessoais, políticas, intelectuais) separadas, ora entre os homens, ora entre as mulheres, uma espécie de mensageiro auto-proclamado de uma universalidade que se esconde. A ausência de uma linguagem disponível para formular a liberdade das mulheres, e o fato de que essa ausência é um impensado político, coloca um véu entre a experiência singular do sujeito feminino e seu acesso ao universal.

Nascer mulher e reivindicar o estatuto de um puro e simples ser humano, a dignidade do indivíduo livre, supõe ao mesmo tempo levar a sério as promessas do universalismo e desafiá-lo. A célebre afirmação de Simone de Beauvoir, “não se mulher, torna-se”, assume aqui toda a sua amplitude problemática. Ela permite perceber, por um lado, que cada mulher participa dessa indeterminação própria à condição humana que faz de seu nascimento um dado primeiro que será reencenado pela ação – a sua e a dos outros. Um dado que não seria capaz de prejudicar o que eu poderia ou desejaria ser, que não poderia prejudicar o potencial de meu vir-a-ser individual. Nesse sentido, também não se nasce *homem*, torna-se. Mas se para o *eu* masculino a ação a partir da qual ele se arranca de seu destino – ou reorganiza os dados de seu nascimento – é precisamente o que o liga à humanidade universal, no caso das mulheres e de outros grupos mal-nascidos, o *eu* singular leva as marcas indeléveis de uma condição coletiva de nascimento que os vincula ao particular. Posso recusar-me a “tornar-me mulher”, isto é, resistir à sorte que é reservada a todas aquelas que, como eu, nascem mulheres; mas sou sempre percebida como tal devido ao meu nascimento. E supondo que eu o deseje, não posso me desfazer de meu sexo como de uma camisa velha. Não porque pertença irremediavelmente às “fêmeas da espécie humana” cuja essência,

como diz o *Petit Robert*, é “conceber e pôr crianças no mundo”, mas porque esse pertencimento me impede de aceder à humanidade genérica, de ser percebida, de saída, e *antes de mais nada*, como fazendo parte da “espécie animal mais evoluída” que é o ζωον πολιτικον (animal político).

Não há linguagem política para pensar a não-liberdade das mulheres, não há linguagem para pensar esta ausência como dominação. Esta linguagem precisa ser inventada.

Mas a linguagem não é apenas a prisão foucaultiana que nos dita suas condições. É igualmente um campo de ação no qual reinventamos sem cessar o sentido das palavras, para torná-las cada vez mais adequadas à nossa percepção das coisas, este campo no qual o impensado pode se tornar objeto do pensamento. Os usos da noção de *gênero* no domínio dos estudos feministas fornecem, ao longo das últimas décadas, um exemplo típico. Substituindo categorias tais como “*sexo*” ou “*diferença sexual*”, às quais contestava o determinismo biológico e o uso auto-explicativo, a noção de *gênero* chamava a atenção para a construção social das categorias de sexo, para as relações sexuais que tornam os seres de sexo masculino e feminino em homens e mulheres numa sociedade dada. Partindo do valor evocativo das metáforas que desde os tempos antigos se serviam do gênero das palavras para lembrar traços e distinções sociais, o novo emprego deste termo desviava-se da função metafórica para fazer da “diferença entre os sexos” um objeto da sociedade que deveria ser decifrado, um objeto de questionamento necessário ao estudo do social, do histórico, do político. O peso da metáfora orientava o pensamento em direção à pesquisa da organização social e à política das relações de sexo.

Nos anos 70, quando eu trabalhava na Grécia, o uso de um tal quadro analítico era de certo modo previsto. Minhas pesquisas se inspiravam na reflexão interdisciplinar que se desenvolvia então em outros países europeus e nos Estados Unidos, reflexão cujo reconhecimento institucional eu, sem dúvida, exagerava, ignorando a diversidade e as clivagens teóricas e disciplinares. Mas

Do bom uso do mau gênero

deslocando-se de uma cultura à outra e de um país a outro, com essa velha convicção humanista de que “a razão pertence a todos os climas”, não se tarda a perceber que as idéias, quando viajam, tomam itinerários muito mais tortuosos e imprevisíveis do que os seres humanos.

Na França percebi que a problemática do *gênero* estava longe de ser algo previsto nas pesquisas, particularmente na história das mulheres. As objeções a esse quadro conceitual diziam respeito menos à sua validade teórica geral, que quase não era discutida, do que ao seu caráter “intransferível” no contexto da pesquisa francesa. O próprio termo parecia abstrato e obscuro, percebido como uma noção especificamente “anglo-saxã” que semeava mais confusão do que permitia repensar as relações entre os sexos. Ora, para quem aprendeu inglês e francês como línguas estrangeiras, e que por muito tempo contrariou os acordos caprichosos do masculino e do feminino para deixar de observar sua onipresença na língua francesa, o gênero, como metáfora do sexo social, parecia de uma limpidez bem maior em francês do que em inglês. O que leva a pensar que talvez não seja o caráter “intransferível” da metáfora, mas, ao contrário, o fato de que ela se torna mais viva em francês o que criaria esse efeito de confusão.

2. Uma genealogia edificante

Gênero: propriedade que os substantivos têm de representar os sexos e, em certas línguas, a ausência de sexo. (2) As línguas latinas suprimiram o gênero neutro que pertencia ao latim e que, *de fato, não respondia mais a nenhuma distinção efetiva entre macho e fêmea*. Chamamos gênero o que que distingue um substantivo de outro *de acordo com a diferença que a natureza estabeleceu entre os dois sexos*. Assim, segundo essa idéia, temos dois gêneros na gramática: o masculino, como quando dizemos o sol, e o feminino, como quando dizemos a lua. (*Litttré*)

Seja como for, penso que “semear a confusão” é uma das maiores virtudes do gênero, é para isso que trabalha subterraneamente esta metáfora que sublinha a distância entre as palavras e as coisas, a *distância entre o arbitrário ou o fortuito do gênero gramatical e o determinismo rígido das distinções sexuadas*. É esta distância que tende a desestabilizar os automatismos em funcionamento nas maneiras como percebemos, interpretamos e, portanto, reconstruímos o mundo segundo categorias sexuadas estáveis e evidentes, é esta distância que instala a dúvida sobre a possibilidade de levar o social e o político a distinções de acordo com “*a diferença que a natureza estabeleceu entre os dois sexos*”.

É, de fato, por significar o caráter social, humano, convencional das classificações de sexo que este termo foi deliberadamente tomado emprestado à gramática, essa *arte* cujo estudo era associado, já pelos Antigos, ao esforço de trazer as coisas à sua dimensão humana. A divisão de substantivos de acordo com o gênero, introduzida por Pitágoras em seu projeto de racionalizar a língua para aumentar a sua eficácia, foi, desde o início, acompanhada por uma reflexão sobre a relação entre o gênero do substantivo e aquele da coisa que ele designa. Ora, por uma dessas ironias da qual apenas a história detém o segredo, sua constatação de que “o mesmo substantivo pode ter um gênero duplo conforme os dialetos e as épocas” inaugurava uma genealogia muito edificante que merece nossa atenção. Não porque ela constituiria uma “origem”, nem porque teria tido uma influência qualquer na conceituação moderna do gênero, mas porque, redefinida dessa maneira deliberadamente anacrônica que marca nossa comunhão com o passado que se leva em conta, ela faz surgir questões que estiveram no âmago da produção das duas últimas décadas sobre as relações entre os sexos e mostra as implicações eminentemente políticas do debate sobre o gênero.

Como é freqüentemente o caso, foi a comédia antiga que captou da maneira mais aguda as querelas que a questão do gênero provocou sobre o estatuto do conhecimento e as tensões

Do bom uso do mau gênero

que essas querelas introduziram nos debates tumultuosos sobre o fundamento da *polis*. Aristófanes atribui essa desordem a Sócrates (que, sabemos, dessa vez era inteiramente inocente) e faz dela parte constitutiva dessa “verborragia” por meio da qual os sofistas conseguiam “tornar forte a tese fraca” (τον ηττω λογον κρειττω ποιειν), essa arte tão caluniada por ter substituído a educação viril e virtuosa dos jovens atenienses de outrora por uma educação fraca e perversa. Em *Nuvens*, Estrepsíades, que se aproximou de Sócrates para aprender “a mais injusta argumentação” (658), com o objetivo de evitar pagar suas dívidas, descobre estupefato que precisava inicialmente distinguir quais substantivos eram “masculinos e quais femininos” (682). Sua incapacidade (e a de todos seus compatriotas gregos) de distinguir, por detrás de terminações enganosas, o gênero do galo do da galinha, seu uso do artigo masculino para designar substantivos próprios com terminações habitualmente femininas, permite transformar em derrisão os artifícios de uma retórica que, com a confusão dos gêneros, tende a confundir as fronteiras constitutivas da ordem e a minar as hierarquias naturais (entre pais e filhos, homens e mulheres, velhos e jovens, deuses e mortais, justo e injusto). Contudo, e tendo em vista que a comédia antiga não se deixa jamais reduzir à univocidade do argumento polêmico, *Nuvens* nos transmite uma outra mensagem que faz recair uma dúvida sobre o caráter natural dessas hierarquias: acusado por Sócrates de ter empregado uma terminação feminina para o nome masculino de Amínias, fazendo deste último uma mulher, Estrepsíades retorquiu ingenuamente: “*não é justo denominar assim alguém que não fez o serviço militar?*” (692)

Aristófanes não sabia quão certo estava! Para além de suas alusões cáusticas aos costumes de Amínias, modelo daquela juventude dourada que, dizia-se, cuidava mais de sua cabeleira do que se dedicava aos sãos exercícios viris da palestra, ele nos transmite uma primeira advertência preciosa: se o gênero gramatical é arbitrário, se como afirmava Pitágoras e, mais tarde,

Aristóteles, ele depende da terminação dos substantivos¹ e não de uma essência própria às coisas designadas por eles, o gênero dos seres humanos é ao mesmo tempo uma coisa mais complexa e mais fácil de definir. Pois se não corresponde sempre ao sexo biológico, segue, mesmo assim, regras precisas, identificáveis nas práticas sociais que organizam uma determinada sociedade. O ceticismo inveterado dos sofistas bem que se esforçou por semear a dúvida sobre as evidências que fundavam uma cidade bem ordenada; o público da comédia não tinha necessidade de lições de gramática para reconhecer o que era uma mulher na Atenas do final do século V a.C.

Tendo em vista que constitui um dos idiomas mais antigos e mais “universais” da hierarquia, já que se constituiu durante tanto tempo no impensado a partir do qual o pensamento se torna possível e que funcionou com tanta frequência como fundamento pré-político do político, a distinção entre os sexos não é apenas um princípio de ordem, fundado numa divisão social de tarefas e de funções diferenciadas; ela é também uma *grade de leitura*, uma *maneira de pensar o mundo e o político* através do prisma da *diferença entre os sexos*. É por isso que a questão do gênero dos seres humanos, e mais ainda, aquela da relação entre o gênero gramatical e a diferença de sexo continuarão, até os nossos dias, a preocupar gerações de especialistas da antiguidade clássica, que procurarão detectar, por detrás do formalismo protagoriano, uma tentativa de estabelecer a concordância entre o gênero dos substantivos e a essência masculina ou feminina das coisas que eles designam. É verdade que Protágoras foi muito longe na sua preocupação de “falar corretamente” (ορθοεπεια). Querer transformar em masculino o substantivo feminino “cólera” (μηνις), imortalizado por Homero na *Ilíada*², sob o pretexto de

¹ *Poética*, 1458a/21

² Para mostrar o caráter ilógico ou inexato da língua, que ele gostaria de racionalizar, Protágoras observa que palavras como “cólera” ou “armadura” deveriam logicamente ser do gênero masculino devido às suas terminações.

Do bom uso do mau gênero

que tinha uma terminação habitualmente masculina, pode chocar ainda hoje. Mas ele nunca pretendeu que a palavra em questão fosse *em essência* masculina. Pois, sem falar da dificuldade que teria em convencer seus contemporâneos apreciadores de *Medéia*, Protágoras era daqueles que rejeitavam a idéia de que os nomes atribuídos às coisas correspondiam a qualidades inatas ou naturais. Essa tarefa será responsabilidade de seus comentadores profanos de nosso século, cujo público, sem dúvida, se mostrou mais sensível à essência masculina de sentimentos como a cólera e a agressividade.³

A genealogia das querelas sobre o estatuto do gênero dos substantivos nos dá assim um outro ensinamento cuja pertinência escapa às vezes à reflexão teórica que suscitou, ao longo das últimas décadas, o conceito moderno de *gênero*. O que está em questão nessas querelas não é tanto uma questão de gramática, mas uma disputa filosófica e política de porte, relacionada à afirmação de que o *homem*, animal dotado de linguagem e criador de símbolos, “*é a medida de todas as coisas*”. Por trás das discussões tempestuosas a respeito do “falar correto” e do “rigor dos substantivos” (ορθότης ονοματων), são as implicações desse “humanismo” protagoriano que assombram esse mundo que, como bem percebeu Cassirer, estava em vias de “transformar a cosmogonia e a ontologia em antropologia”.⁴

A questão de saber se o gênero dos substantivos e seus sentidos são convencionais ou essenciais; se existem nomes que correspondem melhor às coisas do que outros, se são os deuses ou os homens que os inventaram; se há um só ou muitos sentidos ligados a cada coisa; se é o homem ou são *homens* com experiências diferentes que têm acesso a esses sentidos; todas

³ Cf., por exemplo, Murray, que interpreta as objeções protagorianas como sendo devidas ao caráter “agressivo” e, conseqüentemente, “não feminino” das palavras em questão, interpretação sem dúvida mais plausível para o público erudito inglês dos anos 40 do que para o público de Protágoras ou de Eurípedes. Murray, G. *Greek studies*. Oxford, 1946.

⁴ CASSIRER, Ernst. *The myth of the State*. Yale University Press, 1963, pp.56-57.

essas questões se situavam nesse grande “campo de batalha” onde, para retomar a expressão de Platão, um de seus mais ilustres generais⁵, se enfrentavam sem trégua os partidários “do *múltiplo*” e os “do *uno*”, aqueles que Sócrates denominava ironicamente de “os fluidos” e aqueles que se esforçavam para “fixar tudo”.⁶

Ao chamar a atenção para a existência de outras línguas, ao levar a sério os sons por meio dos quais outros povos exprimiam as mesmas coisas – esses sons estranhos que haviam servido outrora para englobar todos esses povos sob a onomatopéia pejorativa de “os bárbaros” –, os sofistas faziam da gramática um argumento a favor do *universal plural*. Lembrando que “o mesmo substantivo pode ter um gênero duplo conforme os dialetos e as épocas”, eles sublinhavam o caráter ilusório das tentativas de fixar as coisas referindo-as a uma essência primeira, natural ou divina, de estabilizar e de unificar um pensamento que era por definição *plural* e “*fluido*” tal como os seres humanos que povoam o mundo. A acusação de “tornar forte o argumento fraco” por meio de astúcias retóricas escondia, assim, uma outra mais grave; a de afirmar que pode haver aí *mais de um* ponto de vista válido, que pode haver aí várias percepções da mesma coisa.

É o questionamento de uma referência estável, suscetível de assentar a verdade sobre um fundamento objetivo, identificável e indiscutível, que enchia de inquietude “os últimos dos Antigos” com “a idéia de que eles poderiam ser levados a reconhecer que a mesma coisa poderia ser *uma e várias*”.⁷ É essa inquietude que os lançava na arena da gramática e que poderia explicar também o ódio duradouro que nossa tradição devotou aos sofistas. Pois se a natureza humana e a natureza das coisas é tão diversa e “fluida” como o pretendia Protágoras, como erigir alguma coisa assim

⁵ Platão. *Teeteto*, 181 A.

⁶ Id., ib., 181 B.

⁷ ARISTÓTELES, grifos meus.

Do bom uso do mau gênero

disparatada e fragmentada a um princípio de ordem, ou seja, a uma verdadeira unidade?⁸

A incerteza e a instabilidade sugeridas pelos caprichos da gramática nos interessam especialmente na constituição do *gênero* como categoria de análise. Porque, contrariamente à transcrição binária da diferença entre os sexos no social, na gramática não há dois, mas *três gêneros possíveis*. Este terceiro gênero que Protágoras atribuía aos objetos e que Aristóteles definiu, de maneira bem mais rigorosa, como o *entre-dois* (το μεταξύ), semeia a mais bela confusão nas pretensões de distinguir um substantivo de outro “*de acordo com a diferença que a natureza estabeleceu entre os dois sexos*”.⁹ Deste ponto de vista, Aristófanes tinha razão em eliminá-lo de seu requisitório contra aqueles que minam as hierarquias dicotômicas que ordenam a cidade. Vinte e cinco séculos mais tarde, os gramáticos do *Littre* ainda se felicitam, com um alívio apenas dissimulado, pelo fato de que as línguas latinas tenham enfim suprimido esse gênero importuno que “de fato não respondia *mais* (sic) a nenhuma distinção efetiva entre o macho e a fêmea”.¹⁰ E podemos compreender porque este terceiro gênero é tão maltratado por toda uma teoria contemporânea da “diferença sexual”¹¹ que não encontrou outro remédio para a ditadura conceitual e social do *uno* senão a institucionalização da “*dualidade estrutural*” da humanidade.

O raciocínio de maior impacto, dizia Aristóteles, é aquele que provoca o maior mal estar, a maior estupefação. Pois, “partindo das premissas mais amplamente aceitas, ele refuta a tese mais amplamente aceita”. O neutro, como um dos símbolos inventados para pensar as coisas de acordo com as diferenças

⁸ Cf. CASSIRER, Ernst. *The myth of the State*. Op.cit., p.58.

⁹ Ver a definição do *Littre* na epígrafe.

¹⁰ Id., ib.

¹¹ Cf. Luce Irigaray e sua insistência sobre a universalidade dos “dois” sexos inscritos na gramática, mas também as teóricas italianas da diferença, que associam o neutro à “homologação” (Cavarero, etc.).

entre os sexos, contesta uma das premissas mais amplamente compartilhadas em nossa civilização. Ele traça os contornos desse espaço simbólico, fluido e indeterminado do *entre-deux* no qual se manifesta uma infinidade de configurações possíveis do masculino e do feminino¹²; porque ele testemunha obstinadamente a possibilidade de não ser *nem um nem outro* (οὐδέτερον), de ser “um e outro”, porque “exprime a inclusão de um terceiro excluído”¹³, ele provoca este mal-estar, esta grande estupefação necessária que nos permite colocar como questão o que uma longa tradição de pensamento e de relações de poder transformou em evidência.

3. Territorialidade do pensamento e ceticismo do gênero

É o potencial cognitivo de tal procedimento que nos interessa aqui e não o uso da palavra “gênero” em si mesma. O primeiro me parece válido para além das fronteiras lingüísticas e culturais, o segundo certamente não o é. Existem línguas, como o dinamarquês, nas quais o masculino e o feminino são expressos por um único gênero; em inglês, como já vimos, a função gramatical do gênero não é tão ativa quanto nas línguas latinas. Existem, enfim, línguas que não têm uma palavra distinta para designar gênero. O alemão, que dispõe de três gêneros, tem apenas uma palavra (*Geschlecht*) para designar, ao mesmo tempo, o sexo, a diferença anatômica dos sexos, o gênero gramatical, a família, o povo, o gênero humano.

Ora, é surpreendente constatar que o que está no âmago dos debates europeus a respeito do gênero não é exatamente este potencial cético salutar, mas o próprio uso do termo. Seguindo os

¹² Já “os gregos afirmavam explicitamente e sem reticências que existem homens-homens, mulheres-mulheres, homens-mulheres e mulheres-homens, como afirma uma passagem surpreendente do tratado hipocrático *Do regime*. Cf. LORAUX, Nicole. Notes sur un impossible sujet d’histoire. *Les Cahiers du GRIF*, consagrado ao “Genre de l’Histoire”, 37/38 (1988), p.117.

¹³ Id., ib., p.96.

Do bom uso do mau gênero

argumentos desenvolvidos contra o uso do conceito, que na França ainda é teimosamente designado sob a forma exótica de *gender*, temos a impressão de que a língua é, ainda uma vez, erigida como testemunha irrecusável das possibilidades e impossibilidades do pensamento. Na literatura francesa, particularmente, as raras referências a este conceito ao longo dos últimos quinze anos tratam, em sua grande maioria das dificuldades lingüísticas e conceituais que tornam este conceito intransferível, ignorante (no duplo sentido do termo) da diversidade de usos teóricos dos quais este conceito foi objeto na imponente produção científica do mesmo período. Encontramos às vezes um procedimento semelhante na Alemanha, onde a dificuldade em que “se encontram as pesquisadoras alemãs para distinguir, com o termo *Geschlecht*, entre biológico e cultural” é tomada como testemunho da impossibilidade de generalizar uma distinção (entre sexo e gênero) “que pertence em larga medida à *língua inglesa*”.¹⁴ Sua introdução no francês ou no italiano se defrontaria, nos dizem, com “a dinâmica própria dessas línguas latinas e com as conotações diferentes que têm nelas as palavras sexo e gênero”.¹⁵

Evocadas tanto para explicar a não adoção deste conceito na pesquisa de tal ou qual país, quanto para contestar a sua pertinência geral, as dificuldades da língua e seus efeitos sobre a conceitualidade das relações entre os sexos são, entretanto, avaliadas de maneiras muito variadas e às vezes contraditórias. Elas apelam freqüentemente para uma especificidade que não é propriamente lingüística, mas sim cultural e nacional. Para Françoise Thébaud, enquanto *gender* “encontra traduções em alemão (*Geschlecht*), italiano (*genere*), espanhol (*género*), o termo francês *genre* é pouco utilizado pela história e tem uma fraca

¹⁴ Cf. BOCK, Gisella. Challenging dichotomies. Perspectives in women's history. In: OFFEN, Karen; PIERSON, Ruth Roach e RENDALL, Jane. *Writing women's history. International perspectives*. Londres, Macmillan, 1991.

¹⁵ Id., ib.

visibilidade intelectual”.¹⁶ Tratar-se-ia, assim, de uma “particularidade francesa” que seria da mesma natureza que “a resistência à feminização das funções, cargos e títulos” e que poderia igualmente ser explicada pelas... diferenças lingüísticas “na medida em que, diferentemente da expressão ‘*sexual difference*’, ‘diferença sexual’ não remete apenas à diferença biológica”.¹⁷ Essa particularidade se apresenta, entretanto, mais como uma escolha cultural do que como uma contestação da validade geral do conceito de gênero.

De sua parte, Geneviève Fraisse associa as dificuldades lingüísticas a uma fraqueza conceitual mais profunda. Na medida em que o conceito de gênero “proposto pela língua anglo-saxã” “quer ser um universal constituído da representação dos dois sexos”, ele se defronta com a diversidade semântica que faz, por exemplo, com que em francês e em alemão, o gênero seja “ao mesmo tempo universal (o gênero humano) e particular (gramatical)”.¹⁸ Ao contrário de Françoise Thébaud, Fraisse reconhece, em compensação, que o conceito de “diferença sexual” tem fortes conotações ontológicas e psicológicas e é por isso que lhe opõe o de “*diferença de sexos*” cujo sentido biológico não é o mais forte e coexiste na língua com diferença sexual”.¹⁹

Apesar dessas diferentes apreciações, o recurso à autoridade da língua visa aqui contestar a possibilidade de uma abordagem generalizável – o que não quer dizer *única* – que se esforçaria para compreender e decodificar os sentidos, a dinâmica social e as apostas de poder da classificação hierárquica dos sexos. Mas ele pode igualmente se pôr a serviço de uma argumentação que faz do gênero gramatical um paradigma universal da diferença sexual,

¹⁶ Cf. THÉBAUD, Françoise. *Écrire l'histoire des femmes. Bilan critique et perspectives*. Memória apresentada para obtenção do diploma de habilitação para dirigir pesquisas. Universidade de Lyon 2, 1994, p.74.

¹⁷ Id., ib., p.75

¹⁸ Id., ib.

¹⁹ Cf. FRAISSE, Geneviève. *La différence des sexes*. Paris, PUF, 1996, p.46

Do bom uso do mau gênero

prova irrefutável de uma verdade originária sobre a dualidade constitutiva do mundo. Uma dualidade que teria sido “ocultada” pela modernidade ocidental *unissex* e reprimida pelas práticas de “assimilação” ou “homologação” do feminino ao princípio e à lógica do masculino.

O exemplo mais impressionante é fornecido por uma das teóricas mais célebres da *diferença sexual*, Luce Irigaray, e seu recurso à língua para fundar a universalidade do sujeito feminino. Há, para ela, dois níveis de inscrição da diferença sexual na língua, dois níveis que parecem corresponder a dois tempos da história humana. Longe de ser arbitrário, como “é moda dizer” hoje, o gênero das palavras corresponderia a uma identificação sexual originária esquecida, como sugere, em “nossas culturas latinas” o gênero masculino do sol e o feminino da lua; à identificação entre a realidade nomeada e o sexo, seria superposta, num segundo momento, a valorização do masculino e a desvalorização do feminino, um processo designando “seres vivos, humanos, cultivados” no masculino, e “os objetos privados de vida, inanimados, incultos” no feminino.²⁰ Este segundo estatuto do gênero gramatical remontaria à “desaparição das genealogias divinas femininas”, ao desenvolvimento das “culturas patriarcais, definidas pela troca de mulheres entre homens, à dominação na família pelo pai e à patrilinearidade”; esses “eventos” inauguram “um tempo no qual a mulher se torna coisa e as coisas úteis ao homem se tornam do gênero feminino”. É uma das razões, observa a filósofa, pelas quais a designação profissional das mulheres é sempre um problema. “O feminino do gênero masculino tornou-se o gênero da coisa do homem (cf. o segador e a segadora)”.²¹

Irigaray estabelece assim uma relação imediata entre o gênero das palavras e a dominação sexual da qual o mínimo que

²⁰ IRIGARAY, Luce. *Les temps de la différence*. Paris, Livre de Poche, 1987, pp.70-71.

²¹ Id., ib., p.71.

podemos dizer é que não é passível de ser universalizada. Pois, supondo que sua hipóteses e sua... “cronologia” sejam viáveis para o francês no qual ela se inspira, o que dizer das línguas que dispõem de um único gênero ou que atribuem majoritariamente o gênero neutro aos objetos inanimados e que não ficaram, entretanto, manifestamente imunes ao poder patriarcal? Generalizando a ubiqüidade francesa do masculino e do feminino e os procedimentos hierárquicos da sexuação em sua própria língua, a teórica da diferença sexual fornece um exemplo típico do etnocentrismo que confunde sua própria particularidade com o universal. Seu procedimento se põe aqui a serviço de uma reforma lingüística que ela julga necessária. Ora, essa reforma não visa apenas remediar os efeitos simbólicos da sexuação hierárquica numa língua específica, o francês, mas também a restabelecer a dignidade de que teria gozado, em geral, o gênero feminino numa sexuação originária da linguagem; o que a leva a reduzir a diversidade evidente das operações do gênero gramatical e dos procedimentos hierárquicos de sexuação para erigir a língua como prova irrefutável da dualidade do mundo. A evidente dificuldade da língua francesa de encontrar formas femininas para os substantivos que designam as profissões e as funções de prestígio, certamente traduz a dominação de um sexo sobre o outro, mas podemos concluir daí que nas línguas nas quais este problema existe com menor intensidade²², ou nas quais quase não existe, como no inglês, esta dominação está ausente ou até que ela está ausente da estrutura da linguagem?

Irigaray certamente não ignora as especificidades da língua e da gramática. Mas as poucas referências que faz a outros procedimentos de sexuação lingüística são enunciadas de um modo axiológico que se inscreve em contradição com o estatuto ontológico que ela atribui ao sujeito feminino da linguagem. Ela

²² O português, o espanhol e o italiano não parecem ter as mesmas dificuldades para nomear as mulheres professoras e nessas línguas os termos para “professora” não têm conotação pejorativa ou desvalorizante.

Do bom uso do mau gênero

observa, por exemplo, que ao contrário do que se passa no inglês ou no alemão, nas línguas latinas, “a diferença entre os sexos não se manifesta imediatamente no nível do objeto possuído”, pois “o possessivo assume aí o gênero do objeto e não o do sujeito”.²³ Mas essa diferença parece ser favorável às línguas latinas que

têm uma estrutura sujeito-objeto mais complexa, menos diretamente polarizada sobre a posse do objeto, do qual o sujeito seria uma espécie de efeito.

Nossas culturas são culturas mais elaboradas subjetivamente e é desejável que elas continuem assim.²⁴

Tudo se passa como se as culturas latinas evitassem providencialmente que o sujeito feminino da linguagem caísse na tentação de “reequilibrar o valor do feminino pela conquista e pela apropriação dos bens ou objetos”²⁵ – um modo de valorização que, lembremos, é, para a autora, típico da subjetividade masculina. A filósofa francesa esquece aqui que existem poucas chances de que “uma feminista anglo-saxã” possa “*se satisfazer* por ter *sua* [her] marido, por ter adquirido *sua* apartamento, por ter conquistado *sua* cargo universitário e escrito *sua* livro”.²⁶ Pois a sexuação do possessivo conforme o gênero do sujeito induz a uma invisibilidade das mulheres no emprego do genérico *on*, seguido de um possessivo que está tradicionalmente sempre no masculino, o que não é o caso em francês. É por isso que, mesmo se as reformas lingüísticas reclamadas pelas feministas “anglo-saxãs”, e que elas parcialmente alcançaram, não são as mesmas que Irigaray ou outras mulheres francesas (eu ia dizer... romanas) reivindicam, elas visam freqüentemente um

²³ Id., ib., p.69.

²⁴ Id., ib., p.73. (grifos meus.)

²⁵ Id., ib.

²⁶ Id., ib., p.69. (grifos meus.)

mesmo objetivo: neutralizar os efeitos da associação do genérico e do universal ao masculino.²⁷

Os procedimentos que fazem da língua a depositária de uma verdade primeira sobre a diferença entre os sexos não revelam apenas uma desenvoltura desconcertante em relação à complexidade efetiva das ocorrências lingüísticas; elas obliteram igualmente o peso da linguagem como atividade humana intencional que trabalha sem cessar para realizar certas possibilidades da língua e para suscitar outras. O “conceito de gênero” não é “proposto pela língua anglo-saxã”²⁸, ele foi inventado por homens e mulheres americanos que, atribuindo a esta palavra um novo sentido, introduziram no inglês um neologismo e um conceito. Se as “pesquisadoras alemãs” desconfiam da distinção entre sexo e gênero, não é, sem dúvida, apenas porque esta “pertence em larga medida à língua inglesa” nem porque elas têm a “chance” de falar uma língua que lhes permite perceber as “continuidades entre o biológico e o social”, ao invés de sua oposição. É porque elas julgam, como Gisela Bock, que as “distinções dicotômicas” entre “biológico e cultural” levam à reificação do biológico, ocultando seu caráter ideológico e sua historicidade. Esta objeção, que não tem nada de especificamente alemã, está longe de ser infundada. Mas para discuti-la é preciso considerá-la previamente como tal, como uma objeção teórica *cujá validade deriva de uma argumentação generalizável*, e não da autoridade de uma estrutura essencializada da linguagem.

Do mesmo modo, as objeções feitas por Geneviève Fraisse à pertinência do conceito de gênero não visam apenas, nem prioritariamente, sua inteligibilidade de uma língua a outra; senão ela não teria proposto substituí-la por “*diferença entre os sexos*”,

²⁷ Cf. por exemplo, a utilização de *person* no lugar de *man* e a generalização do emprego do possessivo *her* quando se trata de um pronome possessivo que acompanha o pronome genérico *on* (*one* em inglês).

²⁸ FRAISSE, Geneviève. *La différence des sexes*. Op. cit., p.46.

Do bom uso do mau gênero

um enunciado cuja distinção semântica em relação à “diferença sexual” é pouco inteligível fora da França. A “dificuldade conceitual” que Fraisse atribui à diversidade semântica da palavra não é forçosamente uma deficiência; ela pode igualmente dar lugar a uma reflexão sobre os efeitos da classificação hierárquica e da exclusão por meio das quais se produz a universalidade conceitual. A questão que figurava na quarta capa dos *Cahiers du GRIF* ia nesse sentido: *De que gênero é esta história que é a história do gênero humano?*²⁹ Ao situar no âmago da problemática do gênero a relação entre o universal e o particular por meio da qual se constrói a categoria “mulheres”, este número lançava uma interrogação sobre o estatuto, e também sobre as abordagens e o tratamento dos diversos níveis de classificações por meio das quais se efetua a diferenciação entre mulheres e homens na *história* (o passado do gênero humano) e na sua *escrita*, a história como gênero literário definido pela tradição.

As objeções de Geneviève Fraisse visam a escolha metodológica “de uma análise puramente social”.³⁰ Ora, essa escolha que é, com efeito, constitutiva do conceito inventado nos Estados Unidos, foi igualmente aquela a partir da qual se desenvolveram as pesquisas feministas na maioria dos países europeus em 1970 e 1980. Podemos estar em desacordo com a “proposição filosófica” da qual ela procede, a saber, “a distorção entre o biológico (os sexos) e o social (construção de papéis sexuais)”;³¹ mas parece-me difícil, no país de Simone de Beauvoir, considerá-la como uma importação americana.³¹ Assim como me parece problemático definir, sem outra especificação, a “diferença sexual” como um “*parti pris* filosófico *próprio ao pensamento francês*”.³² Não podemos, com efeito, compreender

²⁹ Cf. Le genre de l’histoire. *Les Cahiers du GRIF*, 37-38, 1987; primeira publicação consagrada ao tema na França.

³⁰ FRAISSE, Geneviève. *La différence des sexes*. Op. cit., p.46

³¹ Id., ib.

³² Id., ib., p.45

em que o *parti pris* de *O Segundo Sexo* e aqueles que informam a reflexão feminista mais recente de Colette Guillaumin ou de Christine Delphy seriam menos representativos do “pensamento francês” do que aqueles de Hélène Cixous ou de Luce Irigaray. E inversamente, é difícil explicar em que a posição filosófica da diferença sexual é exclusiva ou particular ao pensamento francês, uma vez que ela também deve a sua conceitualização a filósofas italianas tais como Adriana Cavavero, Luisa Muraro e, de modo mais geral, à considerável produção sobre a “*differenza sessuale*” publicada pela célebre *Libreria delle Donne di Milano*.

A transformação da diferença entre os sexos numa questão foi expressa por uma multiplicidade de conceitos: *gênero*, *sexo social*, “*sexagem*”, *classe de sexo*, *relações sociais de sexo*, são noções que, apesar da diversidade de seus pressupostos e de suas referências teóricas, remetem todas a uma distinção seja entre o sexo anatômico e sua significação ou construção social, seja entre diferença física e diferenciação hierárquica, seja entre o estatuto empírico do sexo e o estatuto ontológico que lhe é atribuído. Desenvolvidos na esteira de um combate político pela liberação das mulheres ou pela igualdade dos sexos, os marcos de análise feminista, os objetos de pesquisa e os instrumentos conceituais aos quais eles deram lugar não surgiram espontaneamente das possibilidades das línguas e das culturas nacionais. Na Grécia, onde a palavra “gênero” existe desde os tempos antigos, preferimos, no entanto, o conceito de “sexo social”. Como o *Geschlecht* alemão, a palavra (γενος) tem, desde a Antiguidade, uma multiplicidade de usos que nem sempre são compatíveis. Além do gênero gramatical, ela designava ao mesmo tempo a *raça*, no sentido antigo de povo, a *linhagem*, a *espécie*, no sentido genérico de gênero humano, mas também num sentido mais problemático, como em Hesíodo (γενος γυναικων), que implica que as mulheres fazem parte de uma espécie distinta. O desenvolvimento do pensamento racial e as metamorfoses semânticas que a palavra *raça* sofreu no Ocidente, induziram a uma radicalização das conotações essencialistas do termo que, no

Do bom uso do mau gênero

vocabulário da “Grande Grécia”, veicula, desde o século XIX, uma visão racial da nação. Nos anos 70, logo após uma ditadura militar que havia feito da “Grécia dos gregos cristãos” seu capital de comércio, esta palavra parecia levar as marcas indeléveis de uma ideologia em relação à qual várias mulheres de minha geração pensavam que era necessário se distanciar. O que pode explicar a preferência pelo enunciado “sexo social”, que permite distinguir entre a diferença entre os sexos e suas construções/representações políticas e sociais, tanto mais que a palavra *fulo* é desprovida em grego das fortes conotações naturalistas que, em outras línguas, associam o sexo e seus derivados à sexualidade. As palavras certamente mudam de sentido segundo o uso que fazemos delas e seria possível extrair da ambigüidade e das peripécias históricas da palavra *γενοϋς* elementos de uma reflexão crítica. Mas a conjuntura política e intelectual dos anos 70, e sobretudo o contexto hostil ao desenvolvimento das lutas e das pesquisas feministas³³, estavam longe de favorecer uma tal empresa que acrescentaria à heterodoxia de um procedimento político e científico as ambigüidades de um termo tão embaraçoso.

A distinção conceitual entre sexo e gênero, como a adoção do próprio termo *gênero* na pesquisa, nunca foi uma simples questão de disponibilidade de tal ou qual palavra numa língua. Esses conceitos foram forjados numa dinâmica complexa de confronto e simbiose com as tradições intelectuais, com as correntes filosóficas e políticas de cada país, em conjunturas históricas precisas, feitas de relações de força políticas, científicas, disciplinares internas e internacionais. Não se pode compreender a lógica dessas escolhas, seu alcance crítico, as razões devido às quais algumas dentre elas se tornaram vitoriosas em detrimento de outras, a visibilidade de umas, a invisibilidade de outras no interior e no exterior de cada país, suas apropriações e metamorfoses, nativas e internacionais, sem se debruçar sobre

³³ Cf. VARIKAS, Eleni. Les femmes grecques face à la modernisation institutionnelle: un féminisme difficile. *Les Temps Modernes*, n° 475, 1985.

essas relações de força. Ao apagar esses conflitos e a pluralidade dos pontos de vista que daí decorrem, o argumento da “língua” ou da “cultura” tornam dispensáveis o exame da pertinência e do potencial heurístico dos conceitos. Ele opera, de certo modo, da mesma maneira que as “fronteiras naturais”, como sua própria explicação, um *fato* que não tem necessidade de ser justificado por outra coisa além de si mesmo. Do mesmo modo que a nação, a língua ou a cultura nacionais extraem a evidência de sua autoridade não da extensão geográfica na qual elas se desenvolvem “naturalmente”, mas da *territorialidade*, esse espaço político onde se posiciona *uma* autoridade que não reconhece outra como superior.

A diversidade do gênero gramatical e de seus procedimentos de sexuação não invalida por si só a pertinência do *gênero* como categoria de análise. Se, “segundo os dialetos e as épocas”, esses procedimentos relacionam as mesmas coisas a uma essência, às vezes feminina, às vezes masculina, se para fazer isso eles recorrem a um, dois ou três gêneros, é porque a língua não é apenas puro reflexo de dados irreduzíveis, mas, ao contrário, porque ela manipula, ordena e organiza esses dados para fabricar o “natural” e o “social”. Se os sistemas simbólicos que estabelecem o sentido das coisas e das relações humanas tem origem humana, se esse sentido é tão fluído e móvel como a humanidade e sua história, saber o que é *uma mulher* ou *um homem* numa cultura, num sistema político, numa época dada, não é uma questão de crença (em divindades femininas ou masculinas, nas leis da natureza, da língua ou da história). Para ter acesso a esse saber é conveniente adotar um procedimento deliberadamente agnóstico, que suspende provisoriamente tudo o que já “sabíamos”, para empreender esse trabalho de decodificação, próprio do antropólogo que sabe que o mundo de onde vem não é O mundo, mas uma configuração particular dele; e que ao assumir o seu estranhamento no universo do qual procura decifrar o sentido comum, se descobre momentaneamente estrangeiro em seu próprio mundo.

Do bom uso do mau gênero

A diferença entre os sexos não se esvanece; ela se revela em toda a instabilidade do artefato humano que lhe dá sentido: o que é um homem ou uma mulher, num contexto preciso, torna-se verdadeiro objeto e campo de pesquisa: pesquisa das relações de poder que fixam as normas do masculino e do feminino; pesquisa das fronteiras que o senso comum estabelece, inscrevendo os indivíduos no território social do masculino e do feminino. Mas também pesquisa situada na interseção de fronteiras, exploração desta *no man's land* do hibridismo e do hermafroditismo, da mistura e da interação, na qual os indivíduos reformulam sem cessar suas identidades sexuadas, atribuindo-lhes um sentido à luz de esperanças, experiências, necessidades e lealdades múltiplas e freqüentemente contraditórias: um sentido que não é todo dado antecipadamente nos discursos dominantes do masculino e do feminino, um sentido que emerge às vezes da imprevisibilidade da ação humana retrazendo novos horizontes do possível.

Situar-se nesse *entre-deux* é voltar atrás no veredicto negativo pronunciado contra o “neutro”, esse gênero importuno, que nós, em decorrência de uma tradição horrorizada com a diversidade e a multiplicidade humanas, aprendemos a temer, desprezar, recalcar. O bom uso desse mau gênero – inventado pelos humanos para designar a gama infinita de configurações que não correspondem *nem ao um* (a norma masculina) *nem ao outro* (a norma feminina) – é necessário se pretendemos que o *gênero*, como categoria de análise, realize o ceticismo do qual ele é portador.